

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2016**

**(Do Sr. Celso Pansera)**

Altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 13.019, de 31 de julho de 2014, para instituir medidas de desburocratização no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta os artigos 218 e 219 da Constituição e altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 13.019, de 31 de julho de 2014, com o objetivo de desburocratizar o segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parágrafo único. Esta Lei abrange os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios integrantes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e demais pessoas físicas e jurídicas participantes do processo de inovação tecnológica.

Art. 2º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

*§ 3º Os órgãos responsáveis pela autorização para importação dos bens previstos neste artigo deverão expedir licença de importação em regime prioritário e no prazo máximo de sete dias contados a partir do registro dos bens em sistema eletrônico próprio.*

.....

*Art. 3º .....*

*Parágrafo único. No caso de o bem ser parametrizado no canal vermelho, o prazo para liberação não poderá ultrapassar sete dias contados do recebimento da mercadoria.” (NR)*

Art. 3º A Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, será acrescida do seguinte dispositivo:

*“Art. 64-A. Quando se tratar de empresas de base tecnológica criadas em ambientes de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, o Poder Executivo expedirá norma para simplificar o registro e encerramento de suas atividades.” (NR)*

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º .....*

.....

*§ 9º As fundações de apoio farão jus à remuneração pelos serviços prestados, através de taxa ou ressarcimento de seus custos administrativos e operacionais, no cumprimento de seus objetivos e nos termos dessa legislação, nos limites percentuais de cada projeto, a serem definidos de comum acordo com as IFES e as demais ICTs.*

*§10º Os convênios, contratos, acordos e demais ajustes firmados no âmbito desta lei admitirão provisionamento de despesas e encargos inerentes às contratações que tenham por base a legislação trabalhista, quando tais contratações forem necessárias para a realização e execução dos projetos.*

.....

Art. 2º .....

.....

*III – ao prévio registro de credenciamento ou autorização, junto à Universidade apoiada, homologados pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, dispensadas outras formalidades.*

.....”(NR)

Art. 5º A Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 3º-E:

*“Art. 3º-E. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento deverão instituir programas de desburocratização e de simplificação de procedimentos para facilitar a gestão de recursos financeiros e humanos e promover, nos convênios e contratos de financiamento a projetos de pesquisa e inovação, a inserção de cláusulas de desburocratização e simplificação, como a transposição de rubricas, a liberação do pagamento de parcelas quando as pendências de prestação de contas não forem graves, orçamentação por macro rubricas, entre outras.” (NR)*

Art. 6º A Lei 13.019, de 31 de julho de 2015, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

*“Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:*

.....

*XI – às fundações credenciadas como fundações de apoio conforme a Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994.” (NR)*

Art. 7º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Na sociedade contemporânea, existe grande consenso de que a ciência, tecnologia e inovação – CTI constituem fatores diferenciadores para a aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países.

Inobstante esse reconhecimento, os entraves burocráticos para funcionamento e desenvolvimento do sistema científico, tecnológico e de inovação, notadamente na gestão de seus projetos, são bastante conhecidos. Os avanços trazidos pela Emenda Constitucional nº 85/2015, e regulamentados pela Lei nº 13.243/2016, embora significativos, não são ainda suficientes e carecem de aprofundamento e reforço para impactar positivamente as atividades de CTI no Brasil. O presente projeto de lei tem como objetivo avançar alguns elementos nesse sentido.

Um dos principais obstáculos que se busca transpor diz respeito à burocracia ainda elevada para as atividades de CTI. A generalidade da legislação não aborda de maneira adequada situações específicas e relevantes ao desenvolvimento de projetos científicos. Urge, dessa forma, precisar e refinar tais ferramentas para que o sistema formado por instituições de pesquisa, pesquisadores e gestores de projetos, empresas de tecnologia, assim como os agentes públicos e privados e fundações de apoio, que interferem na desejada aceleração da inovação, seja ancorado em processos que foquem os resultados ao invés de formalidades onerosas.

Uma primeira questão é a dificuldade e o tempo despendidos nas importações de bens utilizados na coordenação e execução de programas de pesquisa científica e tecnológica, e de inovação. A fim de sanar tal problema, propõe-se que os órgãos responsáveis pela autorização de importação desses bens sejam obrigados a expedir licença em prazo reduzido. Outro ponto relevante é a criação de um processo mais simplificado e expedito para encerramento de registro de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICTs.

Quanto à relação entre entes da administração direta e indireta e as fundações de apoio às atividades de CTI, a iniciativa esclarece que estas últimas têm direito a serem remuneradas pelos serviços prestados e pelos custos administrativos e operacionais em que tenham incorrido no cumprimento de seus objetivos, fincando o limite dessa

remuneração em 15% do valor de cada projeto. Essa contrapartida é fundamental para o bom desempenho das fundações de apoio.

Apesar dos méritos da EC 85/2015 e da Lei nº 13.243/2016, muito dos recursos públicos de fomento à pesquisa e à inovação, por exemplo, permanecem eivados de entraves na gestão. É o caso de parcelas de financiamento que somente são liberadas após processos altamente burocratizados e morosos. Nesse ambiente, gestores públicos carecem de segurança jurídica para tomar decisões diante de ambiguidades que deixam margens a interpretações prejudiciais a sua vida profissional. O resultado é a asfixia da cadeia de valor que gera investimento público em CTI.

O que o Brasil requer, conforme dicção da justificção da Emenda Constitucional nº 85/2015, é a aceleração do processo de inovação para que saíamos do vexaminoso 70º lugar no Índice Global de Inovação. O próprio Congresso Nacional, detentor da prerrogativa de transpor rubricas do orçamento público, deixou a cargo do Executivo fazê-lo em benefício da agilidade de projetos de ciência, tecnologia e inovação – o que parece não ter ocorrido.

Oportuno observar que as entidades de pesquisa, universidades, centros e institutos de pesquisa, assim como suas fundações de apoio, geram hoje mais de 15 mil projetos, somando investimento de mais de R\$ 5 bilhões no ano de 2015. E, mesmo assim, o setor permanece submerso em um conjunto de normas burocráticas que tornam lentas suas ações e projetos de pesquisa e inovação.

Também as pequenas empresas de base tecnológica estão em dificuldade, que vão de seu registro à captação de fundos públicos para seu desenvolvimento. Essa situação justifica a criação de estímulos à criação de um ambiente de pesquisa simplificado. Tome-se o caso da criação e fechamento de empresas no Brasil. Segundo o Banco Mundial, o Brasil está entre as últimas posições na burocracia quando se trata de criação e encerramento de empresas. São 83 dias para se abrir uma e igual ou mais tempo para encerramento. É imperativo que as Juntas Comerciais deem um tratamento mais célere às empresas de CTI, tão fundamentais para o desenvolvimento do país.

Diante do exposto, elaboramos o presente projeto com o objetivo de, estimular a celeridade e a desburocratização das atividades de ciência, tecnologia e inovação, sem descuidar das regras e garantias mínimas no gerenciamento de recursos públicos.

Considerando a importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a discussão e aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado Celso Pansera